



Religião e política: análise da atuação recente de evangélicos na política no Brasil sob a ótica da ética de Dietrich Bonhoeffer^{1*}

Religion and Politics: Analysis of the Recent Actions of Evangelicals in Brazilian Politics from the Perspective of Dietrich Bonhoeffer's Ethics

Carlos R. Caldas Filho²

Karina Fonseca Soares Rezende³

Resumo: O segmento religioso que se identifica como sendo evangélico tem tido, já há alguns anos, crescimento numérico expressivo no Brasil. Com o aumento da visibilidade evangélica na sociedade, tem crescido também o envolvimento na política brasileira. O presente artigo pretende ser uma reflexão em teologia pública ao analisar relações possíveis entre religião e sociedade, especificamente a atuação de parlamentares evangélicos na segunda década do presente século à luz da ética teológica do teólogo luterano alemão Dietrich Bonhoeffer (1906-1945).

Palavras-chave: Ética. Religião e sociedade. Evangélicos e política. Teologia Pública. Dietrich Bonhoeffer.

Abstract: The religious group that identifies themselves as Evangelicals has been having for some years a remarkable numerical growth in Brazil. Following the rise of the Evangelical visibility in society there also been a rise in Evangelical involvement in Brazilian politics. This article intends to be a reflection in Public Theology by an analysis of possible relations between religion and society, specifically, the actions of Brazilian Evangelical congressmen in the second

^{1*} Este artigo compartilha resultados parciais do projeto de pesquisa “Religião e política – análise da atuação dos evangélicos na política no Brasil no período 2011-2020 sob a ótica do pensamento de Dietrich Bonhoeffer”, realizado no ano de 2023 financiada pelo FIP – Fundo de Incentivo à Pesquisa – da PUC Minas.

² Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), em seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião e da disciplina Cultura Religiosa (I e II) em cursos de graduação da universidade. Research Associate ("Pesquisador Associado") do Departamento de Teologia e Religião da University of Pretoria (Universidade de Pretoria), África do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa GPPRA - Grupo de Pesquisa sobre Protestantismo, Religião e Arte - certificado junto ao CNPq. Concluiu pós-doutorado na condição de bolsista da CAPES (PNPD-CAPES) na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) em Belo Horizonte (MG), sob a supervisão do Prof. Dr. Geraldo Luis De Mori. Possui graduação em Teologia - Seminário Presbiteriano do Sul (1985), graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caratinga (1988), mestrado em Missiologia pelo Centro Evangélico de Missões (1997) e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2000), com período de pesquisas (sanduíche) na Universidad Bíblica Latinoamericana em San José, Costa Rica, sob orientação do Prof. Dr. Sidney Rooy. Foi por dez anos (2002-2011) professor Adjunto Associado II da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Teologia, atuando principalmente nos seguintes temas: protestantismo brasileiro, teologia latino-americana, teologia reformada, teologia pública, teologia da missão, e, a partir de uma perspectiva de interdisciplinaridade, estética filosófica em perspectiva da teologia reformada, diálogo entre teologia e literatura, imaginário religioso e/ou teológico na cultura "pop" - geek, nerd - com ênfase em cinema e quadrinhos (HQ's), e o pensamento de Orlando Costas, C. S. Lewis, J. R. R. Tolkien, Rubem Alves e Dietrich Bonhoeffer. Avaliador de cursos (Teologia e Ciências da Religião) e institucional do INEP/MEC. E-mail: crcaldas2009@hotmail.com

³ Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. É membro fundadora, participante e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Autoritarismo e Totalitarismo da UFMG (NEPAT-UFMG). E-mail: kaa.rezende@gmail.com

decade of this century in the light of the theological ethics of German Lutheran theologian Dietrich Bonhoeffer (1906-1945).

Keywords: Ethics. Religion and society. Evangelicals and politics. Public Theology. Dietrich Bonhoeffer.

Introdução

O cristianismo não católico no Brasil – entenda-se, protestante e evangélico – se faz presente no país desde meados do século XIX⁴. E, a partir do início do século XX, observa-se no país a presença pentecostal. Esses grupos religiosos ficaram durante décadas quase totalmente invisíveis no cenário social do país. Todavia, a partir das últimas décadas do século passado, estudiosos do fenômeno religioso começaram a perceber um crescimento numérico evangélico expressivo na população brasileira. Esse crescimento se deu quase em sua maior parte entre igrejas pentecostais e, a partir dos anos de 1980, nas igrejas do grupo que pode ser classificado como “pós-pentecostal”⁵. Com o crescimento numérico desses grupos, começou, lenta e gradualmente, um envolvimento na política partidária brasileira. Esse fato é notável, considerando que a maioria dos grupos pentecostais brasileiros adota uma escatologia dispensacionalista pré-milenista, que é bastante pessimista quanto ao futuro do mundo, e espera a qualquer momento o acontecimento da parousia, a segunda vinda de Jesus. A parousia, na crença pré-milenista, será antecedida pelo arrebatamento dos cristãos. Os que forem “deixados para trás”⁶, creem os pré-milenistas, viverão o período do reinado do Anticristo, de sete anos de duração, sendo três anos e meio de paz e o mesmo tempo de crise e aflição mundial – a “Grande

⁴ Obra recente que apresenta com riqueza de detalhes a história da inserção e as principais características teológicas, litúrgicas, arquitetônicas e estéticas do protestantismo no Brasil é CALDAS, Carlos; ZIROLDO, Jacqueline (Orgs.). *Quem são os evangélicos?* Volume 1. (Con) tradições protestantes. Campinas: Saber Criativo, 2023.

⁵ Encontra-se consagrado pelo uso no Brasil, especialmente por causa da imprensa e das mídias sociais, o uso da expressão *neopentecostalismo* para designar as igrejas que se identificam de alguma maneira como cristãs pentecostais, mas que não se classificam como pentecostais clássicas e nem como as da chamada “segunda onda” do pentecostalismo no país. Considerando os problemas que há nessa nomenclatura, optamos por designar esses grupos pela expressão *pós-pentecostalismo*, que entendemos ser mais precisa conceitualmente. Para detalhes, consultar SIEPIERSKI, Paulo. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*. V. 37, p. 47-61, 1997. ROCHA, Daniel. PASSOS, Mauro. Pós-pentecostalismo no Brasil. Uma leitura conceitual. *Teoria & Sociedade*. V. 21, p. 211-238, 2013.

⁶ *Deixados para trás* (*Left Behind* no original) é o título de uma série de 12 livros de ficção de autoria de Tim LaHaye e Jerry Jenkins que apresenta de forma romancada a escatologia dispensacionalista pré-milenista. A despeito de críticas pesadas que recebeu, tanto de teólogos cristãos como de não religiosos, a série teve sucesso estrondoso de vendas, tendo tido inclusive algumas de suas partes adaptadas para o cinema.

Tribulação”. Depois disso, Jesus voltará mais uma vez ao mundo para estabelecer o milênio, mil anos de paz durante os quais Satanás estará preso. Mas, findo o milênio, Satanás será solto, e acontecerá a batalha do Armagedom, com a derrota definitiva das forças do mal e a instalação dos estados definitivos, de paz e bem para os salvos por Cristo, e de danação para os perdidos.

Essa descrição da escatologia pré-milenista dispensacionalista, posto que apresentada apenas em síntese, é necessária para que se entenda porque, durante décadas, a maioria dos evangélicos brasileiros, de maneira deliberada, se manteve distante de qualquer tipo de envolvimento político na sociedade⁷. Tal envolvimento simplesmente não seria necessário. Afinal, a qualquer momento, o arrebatamento poderá acontecer, e todos os problemas do mundo serão resolvidos por Jesus Cristo. Além disso, o envolvimento com política desviaria a atenção, a energia e os recursos dos crentes de sua missão principal, a saber, “salvar almas” por meio da evangelização.

A despeito desse pano de fundo doutrinário, pouco a pouco, evangélicos no Brasil começaram a se envolver em política partidária. Timidamente no começo, na base do “irmão vota em irmão”⁸, aos poucos os evangélicos vão ocupando espaços na cena política pública brasileira. Em um movimento constante, que conscientemente ou não deixou de lado a perspectiva escatológica pré-milenista e uma preocupação apenas com a salvação *post mortem*, evangélicos brasileiros elegeram deputados federais e senadores, a ponto tal de organizarem uma “bancada” no Congresso em Brasília⁹.

A partir da constatação desse envolvimento massivo e maciço de evangélicos brasileiros na cena político-partidária nacional, surgiu a ideia de um projeto de pesquisa que analisasse o envolvimento de algumas das figuras com grande visibilidade midiática que se identificam como evangélicas a partir da ótica da ética teológica de Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), pastor e teólogo luterano alemão. O pressuposto básico dessa pesquisa é que a ética de Bonhoeffer

⁷ Exceção a essa regra foi Manoel de Mello, fundador da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, que em suas pregações manifestou preocupação com defesa de direitos humanos e foi crítico contundente do governo militar no Brasil, chegando a ser preso algumas vezes (por períodos breves) por isso. Mello incentivava abertamente uma participação evangélica na política. Para detalhes, consultar CALDAS, Carlos. Manoel de Mello e a preocupação com Direitos Humanos nos primórdios do envolvimento pentecostal com a política brasileira. *Horizonte*. v. 19, p. 149-163, 2021.

⁸ “Irmão vota em irmão” é o título de um livro de Josué Sylvestre (SYLVESTRE, 1986), que foi sucesso de vendas na segunda metade da década de 1980 no Brasil, no qual o autor defendia a necessidade de envolvimento de evangélicos na política brasileira.

⁹ Para detalhes, consultar, *inter alia*, DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião & Política*. Ideologias, articulações e estratégias da bancada evangélica na câmara federal. São Paulo: Annablume, 2019.

oferece subsídios para analisar a atuação pública cristã. Isso porque Bonhoeffer, como se verá adiante neste artigo, apresenta uma ética cristocêntrica, na qual a igreja é entendida como a *Gestalt* – “forma” – de Cristo no mundo. Para Bonhoeffer, igreja é “Cristo existindo em comunidade”. Daí o artigo utilizar a ética cristocêntrica bonhoefferiana como critério de avaliação do envolvimento evangélico brasileiro com a política. O presente artigo publiciza alguns dos resultados parciais dessa pesquisa, ainda em andamento.

O método da pesquisa

A pesquisa foi realizada a partir da análise quantitativa de projetos de lei de parlamentares de grande repercussão na mídia. Objetivou-se, a partir dessa catalogação, analisar de que forma a atuação parlamentar apresentou-se como responsável em uma perspectiva bonhoefferiana. Para a análise em questão, selecionamos duas parlamentares durante os dois primeiros anos de seus primeiros mandatos: Bia Kicis e Carla Zambelli, ambas deputadas federais. A escolha dessas duas figuras, neste primeiro momento, deu-se tanto pelo fato de que Zambelli e Kicis, nomes importantes da direita fundamentalista religiosa, passaram a integrar, recentemente, a Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados quanto pelo destaque midiático que ambas receberam pelas suas atuações parlamentares em prol de pautas conservadoras cristãs.

Bia Kicis (PL-DF) foi a deputada federal mais votada no Distrito Federal em 2018, e em 2021 assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), uma das mais importantes da Casa Legislativa. Ela também foi a mais bem votada no Distrito Federal em 2022 e já integrou as siglas do PL e do União, apresentando-se como uma liderança conservadora. Uma parte considerável dos requerimentos e projetos de lei apresentados por ela na Câmara foi feita com coautoria da segunda deputada pesquisada, Carla Zambelli.

Carla Zambelli (PL-SP) está na sua segunda legislatura como deputada federal (2018-2022 e 2023-2027) e foi a terceira deputada mais bem votada do país nas últimas eleições, perdendo apenas para Nikolas Ferreira (PL-MG) e Guilherme Boulos (PSOL-SP). Zambelli é uma grande aliada do ex-presidente Jair Bolsonaro, uma das principais vozes pró-armas no país e está envolvida em diversas polêmicas como a perseguição armada a um homem negro na cidade de São Paulo um dia antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

A presente pesquisa então quer analisar criticamente os projetos de lei das mencionadas parlamentares à luz da ética bonhoefferiana nos dois primeiros anos de atuação das parlamentares (2019-2020). A partir desse recorte, será possível perceber de maneira mais contundente como as deputadas atuaram nos momentos imediatos a suas escolhas como deputadas federais e perceber a formação de suas identidades parlamentares em consonância ou dissonância com seu discurso.

A atuação recente de parlamentares evangélicos brasileiros como um eco para o vazio

O levantamento de dados aconteceu a partir das informações sobre a participação de cada uma das deputadas no plenário e nas comissões disponíveis na base de discurso e notas taquigráficas no portal da Câmara dos Deputados¹⁰. Até o final de setembro de 2023, a deputada Bia Kicis apresentou 700 projetos de lei, pareceres, requerimentos e emendas de sua autoria ou coautoria¹¹. É importante observar a evolução numérica nas proposições e participações da deputada nos projetos de lei. Entre janeiro e setembro de 2023, Kicis esteve à frente de quase metade das propostas legislativas dos anos anteriores. Carla Zambelli tem 578 propostas legislativas como de sua autoria ou coautoria, sendo 203 apenas no ano de 2023. Nos anos de 2019 e 2020 foram registradas respectivamente 98 e 72 propostas de lei, requerimentos e emendas.

Nos dois primeiros anos de legislatura analisados para fins desta pesquisa, a deputada apresentou menos de 200 propostas legislativas. Várias proposições versam sobre requerimentos anteriores – ratificando-os ou retificando-os – e o foco da pesquisa se deu nas proposições originais e projetos de coautoria mais significativos para seus (=da pesquisa) objetivos. No ano de 2019, alguns dos temas presentes em requerimentos e projetos de lei submetidos pela deputada foram datas comemorativas nacionais relacionadas aos setores militares, alterações no Código Penal e nos tributos nacionais, ao agronegócio, às drogas e à educação básica. Um exemplo significativo de uma perspectiva ultraconservadora e restrita da atuação parlamentar é o Projeto de Lei 3492/2019, que

¹⁰ Atuação da deputada Bia Kicis disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/204374>. Atuação da deputada Carla Zambelli disponível em <https://www.camara.leg.br/deputados/204507>.

¹¹ Muitos requerimentos versam sobre a inclusão de coautoria em projetos de lei anteriores.

[a]ltera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para *incluir homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos*.¹²

Na esteira de uma proposição que vai ao encontro de questões penais relativas às crianças e aos adolescentes, é embutida uma equiparação de uma suposta ideologia de gênero a crimes como o homicídio. A legislação supracitada, lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990, dispõe sobre crimes hediondos estipulando, em seu primeiro artigo, crimes como estupro de vulnerável, genocídio, tráfico internacional, tortura, entre outros. A pauta de combate a uma suposta *ideologia de gênero* ganhou força na última década a partir dos debates acerca da diversidade e inclusão nos planos de educação do país que orientam currículos nacionais, estaduais e municipais¹³. É o estabelecimento de um *pânico moral* como uma pauta urgente. De acordo com a antropóloga Gayle Rubin,

os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças à saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, à família, ou à civilização em si mesma¹⁴.

A questão educacional está constantemente atrelada a essas discussões. Um dos projetos mais discutidos pela extrema-direita no âmbito educacional, o Escola Sem Partido, foi um dos primeiros projetos de lei apresentados por Bia Kicis, ainda em fevereiro de 2019. Na mesma perspectiva do texto acima, o documento determina, no art. 2º, que o poder público “não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”, e justifica a necessidade de sua aprovação da seguinte maneira:

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para

¹² BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 3.492/2019 de autoria de Carla Zambelli. Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1767963&filename=Ultimo%20D](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1767963&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%203492/2019)espacho%20-%20PL%203492/2019> Acesso: 29 set. 2019. Texto Original. Grifos nossos.

¹³ MOREIRA, Jasmine. CÉSAR, Maria Rita de Assis. Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise. *Educação e Realidade*, v. 44, n. 4, p. 10, 2019.

¹⁴ RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>. Acesso em 29 set 2023.

fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – *especialmente moral sexual* – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis¹⁵.

Duas outras proposições de Bia Kicis e Carla Zambelli a respeito da educação básica versa sobre o *homeschooling* e a militarização de todas as escolas públicas do país. O PL 3.262/2019 defende a necessidade de uma educação personalizada para combater um ensino que tem sido, de acordo com as autoras do projeto, uma usurpação do Estado frente às famílias. Já o Projeto de Lei 4887/2019 argumenta a necessidade da militarização das escolas visando melhoria no desempenho e seu êxito pela “disciplina e pelas regras de comportamento e vestimenta aplicadas aos alunos”¹⁶. O Censo Escolar do ano anterior sinalizou uma queda no número de matrículas no Ensino Fundamental e Médio e um aumento significativo na distorção idade-série, e questões como essas, que são centrais em documentos como Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), não aparecem nem como temas adjacentes nas discussões das deputadas.

O discurso também foca em criminalizar movimentos e vertentes políticas contrárias. Dois exemplos contundentes são os projetos de lei 3019/2020 e 4159/2020. O primeiro inclui grupos antifascistas como organizações terroristas e o segundo equipara o tratamento jurídico aos nazistas aos comunistas, “vedando sua apologia e propaganda”. A criminalização do símbolo da foice e martelo e de quaisquer bandeiras relacionadas à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) proposta pela deputada Zambelli demonstra uma prática antidemocrática similar à cassação de grupos comunistas e do próprio Partido Comunista (PCB) em diferentes momentos da história do país¹⁷.

No ano de 2020, o teor dos pareceres, requerimentos e emendas tem um acréscimo significativo: temáticas relacionadas à pandemia de Covid19. Ao todo, foram 19 ocorrências de projetos de lei ou requerimentos na área da saúde no ano de 2020 sendo muitos deles assinados

¹⁵ O projeto de lei foi anexado Ao PL 867/2015 de autoria do Deputado Izalci Lucas (PSDB-DF). BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 246/2019 de autoria de Bia Kicis. Institui o “Programa Escola Sem Partido”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037>. Acesso em: 29 set 2019. Texto Original. Grifos nossos.

¹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 4887/2019 de autoria de Carla Zambelli. Estabelece a obrigatoriedade da aplicação do modelo cívico-militar à todas as escolas públicas da educação básica. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1802751. Acesso em 24 set de 2023.

¹⁷ Rodrigo Patto faz um retrospecto sobre a história do anticomunismo no Brasil desde a fundação da União Soviética até o golpe militar de 1964. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

por ambas. Os temas perpassam destinação de recursos de fundo eleitoral para combate à Covid (PL 663/2020), prazos de entrega dos exames RT-PCR (PL 4574/2020), proibição de concessão de liberdade provisória aos detentos por motivos relacionados à pandemia (PL 1331/2020), o programa Mais Médicos (PDL 38/2020), a punição a autoridades que cercearem a liberdade de ir e vir mesmo em momentos de calamidade pública (PL 2966/2020), obrigatoriedade da vacinação (PL 4966/2020) e aborto em casos de violência sexual (Emenda ao PL 1444/2020). Percebe-se um foco em temáticas individualistas em um ano em que mais de 190 mil pessoas morreram pela infecção do coronavírus no Brasil¹⁸.

É perceptível, portanto, que as pautas defendidas por figuras políticas que se elegeram a partir de uma agenda religiosa não necessariamente vão ao encontro das perspectivas fundantes da teologia que defendem. Pautas morais (“agenda de costumes”), ultranacionalistas e neoliberais permearam os projetos de lei e os discursos proferidos na Câmara dos Deputados na última década. Tais temas, que indicam um desejo de manutenção de uma hegemonia judaico-cristã, branca e patriarcal, são muito mais presentes que proposições práticas e republicanas na cena pública. Em outras palavras: a atuação de parlamentares evangélicos brasileiros tem se caracterizado mais pela defesa de uma microética comportamental, que privilegia temas de natureza sexual, que por temas de uma macroética, de interesse geral para a sociedade e a população do país.

A compreensão bonhoefferiana quanto ao papel da igreja na sociedade

E o que Dietrich Bonhoeffer tem a dizer diante de tudo isso? Como um cristão, que anuncia sua fé como agenda principal inclusive para se eleger, pode atuar na esfera pública? Bonhoeffer analisou a ação do cristão na cena pública como algo intrinsecamente relacionada à sua relação com o próprio Cristo.

Em 28 de setembro de 1935, o pastor proferiu uma exposição sobre a carta de Romanos, capítulos 9 ao 11, em que centra sua reflexão em uma das questões mais latentes da época: o ser judeu. A *Judenfrage* (Questão Judaica) se torna, na década de 1930, um dos focos do discurso e da ação política dos políticos de extrema-direita que compunham o Partido Nacional-Socialista (NSDAP). O Partido Nazista havia conseguido uma ascensão meteórica calcada em um discurso

¹⁸ BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Disponível em https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em 22 de set. de 2023.

de profunda rejeição aos ideais democráticos em ascensão durante a República de Weimar e à disseminação de uma política de exclusão dos judeus que eram representados como o mal que contaminava a Europa através de doenças, como a sífilis, de uma suposta degeneração política pelo marxismo e de uma decadência moral, econômica e social que culminou na derrota na Primeira Guerra Mundial. Na obra referência dos nazistas, o *Mein Kampf* – “Minha Luta”, de Adolf Hitler, o líder totalitário define o outro como a encarnação do que deve ser combatido e que é digno de repulsa. “Se os judeus fossem os habitantes exclusivos do Mundo, não só morreriam sufocados em sujeira e porcaria como tentariam vencer-se e exterminar-se mutuamente, contanto que a indiscutível falta de espírito de sacrifício, expresso na sua covardia, dissesse, aqui também, da luta uma comédia”¹⁹.

O grupo que é objeto do seu desprezo é descrito como uma farsa por Hitler: “sob disfarces de ideias puramente sociais, escondem-se intenções francamente diabólicas”²⁰. É dessa mesma forma, ao representar o outro como o diabólico, que ele coloca a si como aquele que dá continuidade à luta de Cristo “contra o envenenamento judeu”²¹. Hitler é, portanto, apresentado como uma resposta. A ascensão do Partido Nacional-Socialista surge como uma resposta a demandas sociais, culturais e políticas de parte da população alemã, inclusive sobre a Questão Judaica. Quando Hitler afirma que “todos os importantes sintomas de decadência de antes da Guerra tinham seu fundamento na questão racial”²², ele não está inaugurando uma lógica de pensamento inédita, sintetizando-a e organizando-a.

Em 06 de novembro de 1932, os nazistas alcançaram 33% dos votos para o *Reichstag* e conseguiram um aumento de mais de 2 milhões de votos em comparação a julho do mesmo ano²³. Quando Dietrich Bonhoeffer escreve sobre a questão judaica quase três anos depois, duas legislações acabavam de ser aprovadas: a Lei de Cidadania do Reich e a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemã. Ambas constituíam as famosas Leis de Nuremberg na Alemanha, marcadas pela exclusão sistemática de judeus da cena pública. Percebe-se, portanto, que

¹⁹ HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Trad. Klaus von Puchen. São Paulo: Centauro, 2016. p. 224.

²⁰ HITLER, 2016, p. 224.

²¹ HITLER apud LANDES. Richard. *Heavens on Earth: The Varieties of the Millennial Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 363

²² HITLER, 2016, p. 242.

²³ EVANS, Richard. *A chegada do Terceiro Reich*. Trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta, 2010. p. 294.

Bonhoeffer lida com um contexto em que parte da população da sua própria nacionalidade está sendo sistematicamente perseguida e excluída.

Em sua exposição em setembro de 1935 sobre o tema, Bonhoeffer traz consigo uma fala reativa ao discurso usualmente feito sobre os judeus no período: “[...] a dureza do coração do Faraó serviu para proclamar a glória de Deus em toda terra”²⁴, reflete Bonhoeffer com seus alunos. Como um grito de esperança, o pastor diz que, mesmo em meio a uma liderança que conspira contra os desígnios de Deus, a figura divina irá agir. Sua exposição é pautada em três capítulos escritos pelo apóstolo Paulo na Carta aos Romanos sobre a incredulidade, a rejeição e o futuro dos judeus. Sua fala sobre eles, nesse texto, não rompe com a tradição luterana da qual faz parte e, inclusive, resgata reflexões luteranas sobre a culpa dos judeus na crucificação do Messias. No entanto, mesmo reconhecendo tal fato, Bonhoeffer aponta isso como um exemplo do endurecimento do coração daqueles que foram escolhidos e a necessidade de que eles voltassem à sua missão como eleitos de Deus, da qual ainda não foram retirados. Bonhoeffer dialoga e reage a algumas afirmações de Paulo, demonstrando a centralidade do povo judeu que, mesmo em meio àquilo que ele considera um erro, é primordialmente o povo de Deus.

Pela temática escolhida no momento político em questão, observa-se que a preocupação do teólogo não se dá com questões particulares que perpassariam a comunidade luterana ou membros da sua igreja. Pelo contrário, a preocupação de Bonhoeffer se dá com o outro que poderia ser ele mesmo. Não há a defesa de um discurso autocentrado, mas sim com a demanda alheia que não o atinge diretamente, mas que, por ser um flagelo que atinge o outro, também o impacta. É essa compreensão que leva o teólogo a utilizar um conceito presente em outras obras de sua autoria: *Stellvertretung*, que pode ser interpretado como “ação vicária representativa”. A partir desse conceito, Bonhoeffer defende que a ação que o cristão deve tomar na cena pública deve ser invariavelmente uma ação que represente o outro e o seu benefício. Para Dietrich Bonhoeffer, portanto, “o maior elemento da vida responsável é o *Stellvertretung*, a representação

²⁴ Exposição sobre Romanos 9-11, Finkenwalde, 28 de setembro de 1935. In BARKER, H. Gaylor; BROCKER, Mark S. *Theological Education at Finkenwalde 1935-1937*. Dietrich Bonhoeffer Works, English. Vol. 14. Trad. Douglas W. Stott. Minneapolis: Fortress Press, 2013, p. 868. Não nos foi possível analisar a versão original em alemão deste sermão.

vicária do outro nas ações em seu favor e em seu benefício”²⁵. Representar o outro é se responsabilizar por ele e pelo mundo que é compartilhado por nós.

Esse *outro* definido por Bonhoeffer não se restringe à sua comunidade de fé, seu grupo nacional ou pessoas que compartilham do mesmo interesse que ele.

Obedece ao mandamento que conheces. Não fiques perguntando; age! A pergunta ‘Quem é o meu próximo?’ é a pergunta do desespero ou da auto-segurança com que se justifica a desobediência. A resposta a essa pergunta é: Tu mesmo és o próximo. Vai e sê obediente no amor atuante. Ser próximo não é mera qualidade do outro, mas é o direito que o outro tem sobre mim – só isso. A todo momento, em cada situação, é a mim que se exige ação e obediência. Literalmente, não sobre tempo para inquirir quanto à qualificação de meu semelhante. Tenho que agir, tenho que obedecer, tenho que ser o próximo para o outro²⁶.

O outro, portanto, não é uma qualificação ou quem eu quero que ele seja. O outro não é um grupo que o indivíduo pode chamar de seu a fim de alcançar interesses particulares. O sujeito da minha ação é indeterminado, é aquele que necessita da ação. Em *Dez anos depois*, ensaio escrito em 1943, que faz parte de *Resistência e submissão* (obra publicada postumamente, coletada e editada por Eberhard Bethge, ex-aluno de Dietrich Bonhoeffer que se tornou seu amigo mais próximo e que se casou com uma de suas sobrinhas), Bonhoeffer afirma:

Continua sendo uma experiência de valor incomparável termos aprendido a olhar os grandes eventos da história do mundo a partir de baixo, da perspectiva dos excluídos, dos que estão sob suspeita, dos maltratados, dos destituídos de poder, dos oprimidos e dos escarnecidos, em suma, dos sofredores. Tomara que nesta época a amargura ou a inveja não tenham corroído o coração, que vejamos com novos olhos o grande e o pequeno, a sorte e a desgraça, a força e a fraqueza, que nossa visão para a grandeza, a humanidade, o direito e a misericórdia tenha se tornado mais clara, livre e menos corruptível, e que o sofrimento pessoal seja uma chave mais útil, um princípio mais fecundo para a exploração contemplativa e ativa do mundo do que a felicidade pessoal. Decisivo é que essa perspectiva a partir de baixo não se converta em tomar o partido dos eternamente insatisfeitos, mas que, a partir de uma satisfação mais elevada – que, a rigor, está fundamentada para além do embaixo ou em cima –, façamos jus à vida em todas as suas dimensões e assim a afirmemos²⁷.

Tendo isso em vista, a participação direta ou indireta do cristão na política institucional não é tema central para o teólogo. No entanto, é possível afirmar que, na esfera que for, Bonhoeffer sinaliza a necessidade de uma ação que seja essencialmente responsável pelo outro, assim como Cristo foi responsável para conosco. Sob essa ótica bonhoefferiana, portanto, podemos refletir

²⁵ DEJONGE, Michael P. *Bonhoeffer's Reception of Luther*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 244. Para detalhes sobre o conceito bonhoefferiano de *Stellvertretung*, consultar HAYNES, Stephen R.; HALE, Lori Brandt. *Bonhoeffer para todos*. Viçosa: Ultimato, 2020. p. 109-120.

²⁶ BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 37.

²⁷ BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão*. Cartas e anotações escritas na prisão. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 43.

até que ponto a atuação de parlamentares brasileiros que utilizaram de um discurso evangélico na última década, em especial os de maior destaque midiático, se apresenta como uma ação representativa e responsável pelo outro nos termos apresentados ou como uma atuação autocentrada e individualista em prol de um grupo ou demandas específicas.

Conclusão

Carla Zambelli e Bia Kicis colocam como carro chefe de sua atuação parlamentar o pânico moral e um discurso que pouco (ou até mesmo em nada) valoriza o outro – enquanto população brasileira – como seu eixo de atuação. A preocupação com temáticas relacionadas à moralidade sexual ao considerar a heteronormatividade como lei e o seu contrário como crime hediondo, o questionamento do processo de vacinação e quarentena, aparecem como centro de seus projetos de lei no país onde mais de 600 mil pessoas morreram em decorrência da Covid19, a criminalização do aborto, inclusive em casos de violência contra a mulher, em tudo percebe-se que a ética cristocêntrica bonhoefferiana está muito longe de ser seguida.

O outro, na lógica de atuação parlamentar analisada, passa a ser apenas aquele que apoia e defende o interesse particular da moral mobilizada. Não há um processo de *responsabilização pelo outro* a ponto de compreender sob a ótica bonhoefferiana que, ao mobilizar a Bíblia e a fé cristã como bandeiras eleitorais, é o excluído, o desprezado e o perseguido que poderiam ser vistos como objeto da sua proteção e atuação onde quer que seja. Em consonância às teses sobre o conceito de História de Walter Benjamin²⁸, que defende a necessidade de *escovar a história a contrapelo* e privilegiar uma perspectiva contra-hegemônica ao observarmos o passado, Dietrich Bonhoeffer considera *a história a partir de baixo* como um imperativo para o cristão no seu presente. Não é, portanto, a manutenção de privilégios das forças hegemônicas vigentes na sociedade ou da necessidade de uma moralização das práticas humanas que são o ponto de referência para aquele que diz representar a Cristo na cena pública. Muito pelo contrário.

A ética cristológica e cristocêntrica de Bonhoeffer, formulada, *grasso modo*, há oito décadas, segue mais atual do que nunca. Parlamentares brasileiros que se pretendem cristãos, e dizem defender e acreditar nos ensinamentos bíblicos, precisam aprender com urgência uma ética que se preocupa com o todo da sociedade, particularmente com os mais vulneráveis e desprotegidos.

²⁸ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

Dietrich Bonhoeffer ainda é (e certamente continuará a ser nos próximos anos) um referencial seguro e um desafio para as lideranças políticas brasileiras que se pretendem cristãs.

Referências

- BARKER, H. Gaylor; BROCKER, Mark S. *Theological Education at Finkenwalde 1935-1937*. Dietrich Bonhoeffer Works, English. Vol. 14. Trad. Douglas W. Stott. Minneapolis: Fortress Press, 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Discipulado*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão*. Cartas e anotações escritas na prisão. 2ª edição. São Leopoldo: Sinodal, 2003.
- CALDAS, Carlos. Religião e política em Dietrich Bonhoeffer. *Inter-Legere*. V. 17, 2015, p. 17-40.
- CALDAS, Carlos. *Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil*. São Paulo: Garimpo, 2016.
- CALDAS, Carlos. Manoel de Mello e a preocupação com Direitos Humanos nos primórdios do envolvimento pentecostal com a política brasileira. *Horizonte*. v. 19, p. 149-163, 2021.
- CALDAS, Carlos; ZIROLDO, Jacqueline (Orgs.). *Quem são os evangélicos?* Volume 1. (Con) tradições protestantes. Campinas: Saber Criativo, 2023
- DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. *Religião & Política*. Ideologias, articulações e estratégias da bancada evangélica na câmara federal. São Paulo: Annablume, 2019.
- DEJONGE, Michael P. *Bonhoeffer's Reception of Luther*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- EVANS, Richard. *A chegada do Terceiro Reich*. Trad. Lúcia Brito, São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- HAYNES, Stephen R.; HALE, Lori Brandt. *Bonhoeffer para todos*. Viçosa: Ultimato, 2020.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. Trad. Klaus von Puchen. São Paulo: Centauro, 2016.
- LANDES, Richard. *Heavens on Earth: The Varieties of the Millennial Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MOREIRA, Jasmine. CÉSAR, Maria Rita de Assis. Ideologia de Gênero: uma metodologia de análise. *Educação e Realidade*, v. 44, n. 4, p. 10, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- REZENDE, Karina. *Pregando resistência em tempos sombrios: responsabilidade como resistência ao nazismo nos sermões de Dietrich Bonhoeffer (1932-1937)*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

14

ROCHA, Daniel. PASSOS, Mauro. Pós-pentecostalismo no Brasil. Uma leitura conceitual. *Teoria & Sociedade*. V. 21, p. 211-238, 2013.

RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SIEPIERSKI, Paulo. Pós-pentecostalismo e política no Brasil. *Estudos Teológicos*. V. 37, p. 47-61, 1997.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão*. Os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. Brasília: Pergaminho, 1986.